

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.674.999 - RN (2017/0126346-1)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
RECORRENTE : UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
RECORRIDO : MARIA NERES OLIVEIRA DE SOUZA
ADVOGADOS : CARLOS ALBERTO MARQUES JÚNIOR - RN002864
LUCAS FERNANDES DE QUEIROZ SOUTO E OUTRO(S) - RN011156

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Universidade Federal do Rio Grande do Norte, com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região assim ementado (e-STJ, fl. 169):

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REVISÃO DO PERCENTUAL RECEBIDO A TÍTULO DE ANUÊNIOS. IMPOSSIBILIDADE. DECADÊNCIA ADMINISTRATIVA CONFIGURADA. REPOSIÇÃO AO ERÁRIO INDEVIDA. BOA-FÉ.

1. Trata-se de apelação da sentença que julgou procedente o pedido inicial para determinar que a UFRN abstenha-se de modificar o percentual dos anuênios pagos à autora, bem como de praticar qualquer procedimento administrativo tendente a obter a restituição do passivo resultante do pagamento a maior da referida vantagem, feito à demandante entre os anos de 2009 e 2014.

2. No caso dos autos, a UFRN determinou a notificação da autora em 13.11.2014 de que iria proceder à redução da quantidade de anuênios recebida pela ora apelada, por ter identificado que a servidora percebia 23% de adicional de tempo de serviço quando o correto seria receber apenas 19%, consoante se verifica pelo Processo Administrativo nº 23077.069170/2014-24, indexado sob o nº 4058400.561960.

3. Ocorre que, o referido ato administrativo foi praticado após o decurso do prazo decadencial de cinco anos previsto no art. 54, da Lei n.º 9.784/1999, uma vez que a apelada recebe a vantagem no patamar de 23% desde o ano de 2001, incidindo, portanto, a decadência do direito à autotutela da Administração Pública.

4. Não há que se falar, portanto, em devolução ao erário das quantias relativas a vantagem em análise tendo em vista a boa fé da servidora quando do seu recebimento.

5. Apelação não provida.

Opostos embargos de declaração pela autarquia, estes foram rejeitados (e-STJ, fls. 201-204).

Alega a recorrente, inicialmente, a violação do art. 54 da Lei n. 9.784/1999, pois, "uma vez constatado erro na forma de cálculo da

Superior Tribunal de Justiça

remuneração da Parte Apelada, a invalidação se impõe como obrigatória porque, se o ato não comporta convalidação, inexiste outra forma de a Administração Pública restaurar a legalidade violada" (e-STJ, fl. 215).

Ressalta a ausência de direito adquirido do servidor ao recebimento de verba flagrantemente ilegal, mormente por não haver transcorrido o prazo decadencial do art. 54 da Lei n. 9.784/1999.

Por outra via, sustenta a existência de contrariedade aos arts. 876 e 884 do Código Civil e 46 da Lei n. 8.112/1990, porquanto seria devida a restituição ao Erário dos valores indevidamente recebidos pelo servidor, por imposição legal e sob pena de configuração de enriquecimento ilícito.

Argumenta ainda que "a boa-fé afasta, tão somente, a incidência de penalidades e sanções pertinentes, mas não o ressarcimento aos cofres públicos das quantias irregularmente pagas" (e-STJ, fl. 221).

Contrarrazões às e-STJ, fls. 226-234, em que a recorrida sustenta a incidência das Súmulas 7 e 83 do STJ.

É o relatório.

Não merece prosperar a irresignação da recorrente.

Com efeito, no caso em questão, o Tribunal de origem reconheceu a decadência do direito de a administração reduzir vantagem recebida pelo servidor federal, devido ao decurso de mais de 5 (cinco) anos, desde o início do recebimento da verba.

Confira-se (e-STJ, fl. 168):

No caso dos autos, a UFRN determinou a notificação da autora em 13.11.2014 de que iria proceder à redução da quantidade de anuênios recebida pela parte autora, ora apelada, por ter identificado que a servidora percebia 23% de adicional de tempo de serviço quando o correto seria receber apenas 19%, consoante se verifica pelo Processo Administrativo nº 23077.069170/2014-24, indexado sob o nº 4058400.561960.

Ocorre que, o referido ato administrativo foi praticado após o decurso do prazo decadencial de cinco anos previsto no art. 54, da Lei n.º 9.784/1999, uma vez que a apelada recebe a vantagem no patamar de 23% desde o ano de 2001.

Assim, transcorrido o prazo superior a cinco anos para a Administração proceder à correção ora combatida, incidiu na hipótese a decadência do direito à autotutela da Administração Pública.

Tal posicionamento encontra-se em consonância com a jurisprudência desta Corte, que reconhece a incidência do prazo decadencial previsto no art. 54 da Lei n. 9.784/1999 em relação ao direito de anular tanto atos nulos quanto anuláveis quando decorram efeitos favoráveis aos destinatários.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECADÊNCIA ADMINISTRATIVA. PODER

Superior Tribunal de Justiça

DE AUTOTUTELA DA ADMINISTRAÇÃO. SEGURANÇA JURÍDICA. PRAZO QUINQUENAL. AGRAVO REGIMENTAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. É firme a orientação desta Corte de que a autotutela administrativa dos atos - anuláveis ou nulos - de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários está sujeita ao prazo de decadência quinquenal. Após o transcurso do referido prazo decadencial quinquenal sem que ocorra o desfazimento do ato, prevalece a segurança jurídica em detrimento da legalidade da atuação administrativa.

2. Assim, inviável acolher a pretensão do Estado de que tal relação tenha caráter de trato sucessivo, o que renovaria o prazo de revisão da Administração mês a mês.

3. Agravo Regimental do ESTADO DE SANTA CATARINA a que se nega provimento.

(AgRg no AgRg no AREsp 676.880/SC, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 6/12/2018, DJe 19/12/2018)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. ATO ADMINISTRATIVO. ANULAÇÃO. DECADÊNCIA ADMINISTRATIVA. INCIDÊNCIA DO ART. 54 DA LEI 9.784/99. ATOS NULOS OU ANULÁVEIS. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO INTERNO DA UNIÃO DESPROVIDO.

1. A admissão de Recurso Extraordinário, com base na existência de repercussão, geral não impede o normal andamento das demandas em trâmite nesta Corte que versem sobre o mesmo tema.

2. O entendimento adotado pela Corte de origem destoa do Superior Tribunal de Justiça, de que a autotutela administrativa dos atos que decorram efeitos favoráveis para os destinatários estão sujeitos ao prazo decadencial quinquenal, previsto no art. 54 da Lei 9.784/99, sejam eles anuláveis ou nulos.

3. Agravo Interno da UNIÃO a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 584.739/ES, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 11/10/2016, DJe 24/10/2016)

ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. ATO ADMINISTRATIVO. ANULAÇÃO. DECADÊNCIA ADMINISTRATIVA. INCIDÊNCIA DO ART. 54 DA LEI 9.784/99. ATOS NULOS OU ANULÁVEIS. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I. O acórdão recorrido encontra-se em dissonância com a jurisprudência desta Corte, consolidada no sentido de que o prazo decadencial para que a Administração promova a autotutela, previsto no art. 54 da Lei 9.784/99, aplica-se tanto aos atos nulos, quanto aos anuláveis. Com efeito, "a autotutela administrativa dos atos - anuláveis ou nulos - de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários está sujeita ao prazo de decadência

Superior Tribunal de Justiça

quinquenal, previsto no art. 54 da Lei 9.784/1999. A regra não se aplica de forma retroativa, e, nos atos anteriores à citada norma, o termo a quo é o dia 1º.2.1999, data em que a lei entrou em vigor". (STJ, REsp 1.157.831/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 24/04/2012). No mesmo sentido: STJ, AgRg no REsp 1.147.446/RS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJe de 26/09/2012.

II. Nesse sentido, "o poder-dever da Administração rever seus próprios atos, mesmo quando eivados de ilegalidade, encontra-se sujeito ao prazo decadencial de cinco anos, ressalvada a comprovação de má-fé, nos termos do previsto no art. 54, caput, da Lei 9.784/99 combinado com o art. 37, § 5º, da Constituição da República" (STJ, AgRg no REsp 1.133.471/PE, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, QUINTA TURMA, DJe de 25/06/2014). Em igual sentido: AgRg no REsp 1.551.065/RN, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 29/09/2015; AgRg no REsp 1.538.807/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 10/11/2015; AgRg no RMS 39.359/MS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 18/09/2015; AgRg no REsp 1.502.298/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 14/09/2015; AgRg no RMS 13.710/RJ, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe de 23/09/2015.

III. Agravo Regimental improvido.

(AgRg no AREsp 586.448/RJ, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/3/2016, DJe 30/3/2016)

Ressalte-se que o termo inicial da decadência nesses casos é a data do primeiro pagamento indevido, conforme disposto no § 1º do art. 54 da Lei n. 9.784/1999.

No aspecto:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REVISÃO DE PROVENTOS/PENSÕES. DECADÊNCIA DO DIREITO DE REVER ATO ADMINISTRATIVO. PRESTAÇÕES CONTÍNUAS. TERMO INICIAL. DATA DO PRIMEIRO PAGAMENTO. ART. 54 DA LEI 9.784/1999.

1. Cuida-se, na origem, de Mandado de Segurança impetrado por Alda Cândida Nascimento Valadares e outros contra ato imputado ao Diretor-Geral e ao Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, para determinar às autoridades coatoras que se abstenham de proceder a qualquer redução da vantagem do artigo 184, inciso II, da Lei 1.711/1952, bem como a qualquer desconto nos proventos/pensões dos impetrantes, a título de reposição ao erário.

2. É firme no STJ o entendimento de que, em se tratando de atos de que decorram efeitos patrimoniais contínuos, como aqueles decorrentes de pagamentos de vencimentos e pensões, ocorridos após a entrada em vigor da Lei 9.784/1999, nos quais haja pagamento de vantagem considerada irregular pela Administração, o prazo decadencial de cinco anos é contado a partir da percepção do primeiro pagamento indevido, consoante reza o § 1º do art. 54

Superior Tribunal de Justiça

da Lei 9.784/1999.

3. *In casu*, cuidando-se de pretensão de revisão de proventos/pensões, o termo inicial do prazo decadencial do art. 54 da Lei 9.784/1999 conta-se a partir do primeiro pagamento errôneo, o que se deu em abril de 2005, findando-se o referido prazo em abril de 2010, não havendo dúvidas de que decaiu o direito da Administração Pública de rever, em maio de 2010, os benefícios percebidos pelos recorrentes.

4. Recurso Especial de Alda Cândida Nascimento Valadares e outros provido, a fim de que seja reformado o acórdão recorrido, para reconhecer a decadência no caso concreto. Julgo prejudicado o Recurso Especial do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.

(REsp 1.758.047/ES, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 11/9/2018, DJe 21/11/2018)

Por fim, cumpre apenas consignar que a manutenção do reconhecimento da decadência prejudica a análise da alegação do dever de reposição dos valores recebidos pela recorrida.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, IV, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator